



Cerca de 240 pessoas foram internadas devido ao consumo excessivo de álcool na província da Zambézia, em menos de um semestre



Somos o melhor parceiro audiovisual

Disponos os seguintes serviços: i) **Consultoria Multimédia**; ii) **Assessoria de Imprensa**; iii) **Produção Audiovisual**.

ANUNCIE CONNOSCO

E-mail: comercial@hojeemmocambique.org

Descentralização em Moçambique

Autonomia real ou controlo central disfarçado?

A sessão contou com a participação da Professora Ana Nhampule, do Dr. Manuel de Araújo e do Dr. Albano Macie, cujas intervenções ofereceram uma leitura abrangente e crítica sobre o processo de descentralização, desde a sua génese até à sua implementação actual.

©Hoje em Moçambique: Debate sobre a descentralização em Moçambique

A descentralização em Moçambique tem sido, desde os anos 1990, apresentada como uma das principais reformas políticas destinadas a aproximar o poder dos cidadãos e a promover uma governação mais eficaz, democrática e inclusiva. No entanto, à medida que o país avança na sua trajectória constitucional e administrativa, persistem dúvidas sobre a autenticidade e profundidade deste processo.

Foi neste contexto que decorreu a segunda edição do Terreno Comum, um espaço da Iniciativa Manifesto Cidadão, que visa promover o diálogo entre cidadãos com diferentes visões, com base no respeito mútuo e na convivência democrática. O encontro reuniu académicos, políticos e cidadãos para debater o estado actual da descentralização em Moçambique. O tema central foi: "Descentralização em Moçambique: Autonomia Real ou Controlo Central Disfarçado?"

Moderado por Fidélia Chemane, membro do Manifesto Cidadão, o encontro foi pautado por um compromisso com um debate respeitoso e plural sobre os desafios e oportunidades da descentralização. "Queremos pensar um Moçambique de todos e para todos", afirmou ela, sublinhando a importância de construir consensos mínimos para uma convivência democrática.



Ana Nhampule, Professora

A Constituição e a prática: Um descompasso persistente

A Constituição da República de Moçambique consagra a descentralização como um dos pilares fundamentais da organização do Estado. O Artigo 8.º estabelece que o país é um Estado unitário, orientado pelos princípios da descentralização e da subsidiariedade, e compromete-se a respeitar a autonomia dos órgãos de governação descentralizada provincial, distrital e das autarquias locais.

Mais adiante, o Artigo 270.º define os objectivos da descentralização, que incluem:

- A organização da participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade;
- A promoção do desenvolvimento local;
- aprofundamento e a consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado moçambicano.

Contudo, como salientou a Professora Ana Nhampule durante o debate, existe um descompasso entre este enquadramento constitucional e a realidade vivida nas províncias e autarquias.

“Na minha opinião, sim, a descentralização devolve poder aos cidadãos naquilo que é a sua essência. No entanto, alguns desafios como a cultura de governação centralizada, a desconfiança técnica e o desafio fiscal reduzem significativamente essa intenção.”

O Artigo 272.º reconhece a autonomia administrativa, financeira e patrimonial dos órgãos descentralizados, mas essa autonomia é frequentemente limitada pela dependência do Orçamento do Estado e pela ausência de mecanismos eficazes de arrecadação de receitas próprias.

Além disso, o Artigo 274.º impõe limites à descentralização, reafirmando a unidade nacional, a soberania e a indivisibilidade do Estado. Este artigo também estabelece que funções de soberania, defesa, segurança pública, política fiscal e diplomacia permanecem sob responsabilidade exclusiva dos órgãos centrais.

A figura do Secretário de Estado na Província, introduzida pela revisão constitucional, é outro ponto de tensão. Segundo o Artigo 271.º, esta figura representa o Governo Central ao nível provincial, supervisionando os serviços de representação do Estado. Na prática, como observou Nhampule, esta estrutura cria uma sobreposição de competências com os governadores provinciais eleitos, enfraquecendo a sua autoridade e autonomia.

Este descompasso entre a letra da Constituição e a prática administrativa levanta questões sobre a eficácia da descentralização como instrumento de democratização e desenvolvimento local. O debate no Terreno Comum re-

velou que, apesar dos avanços jurídicos, a implementação continua a enfrentar resistências políticas, limitações técnicas e desafios estruturais que comprometem os seus objetivos constitucionais.

Avanços Legislativos e Retrocessos Administrativos

O Dr. Manuel de Araújo, edil com vasta experiência, traçou uma periodização histórica da descentralização, desde o modelo colonial até às reformas pós-independência. Denunciou o que chamou de “marcha hesitante”, marcada por avanços legislativos seguidos de retrocessos administrativos.

“A Assembleia da República concede com a mão direita uma série de prerrogativas aos órgãos descentralizados, mas a mão esquerda do Executivo esvazia esses poderes”, afirmou, apontando para uma duplicação de funções e conflitos entre governadores e secretários de Estado.



Dr. Manuel de Araújo, edil de Quelimane

Araújo alertou ainda para o risco de esvaziamento da autonomia local, especialmente no contexto das reformas legislativas de 2018, que alteraram o modelo de eleição dos presidentes municipais, tornando-os dependentes das assembleias e dos partidos políticos.

Uma descentralização nascida da crise

O jurista Albano Macie ofereceu uma análise crítica do modelo



Albano Macie, Jurista

moçambicano, sublinhando que a descentralização não surgiu como parte de um processo natural de consolidação do Estado, mas como resposta a crises político-militares.

“O processo da província não foi um processo natural. Foi um processo para resolver um problema político. Hoje, precisamos de reflectir com frieza sobre o modelo que queremos para o país”, defendeu.

Macie propôs que se repense o nível territorial da descentralização, sugerindo que o distrito, e não a província, poderia ser o espaço mais adequado para uma governação descentralizada eficaz. “A descentralização deve ser funcional, não apenas simbólica”, afirmou.

Participação cidadã e reforma fiscal: O caminho

Durante o debate, participantes do público virtual levantaram preocupações sobre a falta de recursos nas autarquias, a ausência de mecanismos eficazes de participação comunitária e a necessidade de reformas fiscais que permitam às entidades locais gerar receitas próprias.

A Professora Nhampule reforçou, “A autonomia na dependência não dá

resultados. Só poderemos fazer ao nível do nosso território aquilo que o centro nos entregar.”

O Dr. Araújo acrescentou que a ausência de um pacote tributário robusto limita o exercício das competências locais, tornando os órgãos descentralizados reféns da transferência de recursos por parte do governo central.

Vozes da Plateia: Críticas e Propostas

A sessão foi enriquecida por intervenções de cidadãos e especialistas que participaram activamente através do chat:

- **Augusta Almeida e Isabel Casimiro** alertaram para o uso estratégico do princípio do gradualismo como forma de atrasar o processo de descentralização.
- **Elton Elias Come** destacou que a descentralização resulta de acordos políticos e não de uma análise realista das necessidades locais, correndo o risco de se procurar soluções técnicas para um problema essencialmente político.
- **Alfredo Neto** foi incisivo: “Nunca

houve uma vontade genuína de descentralizar.”

- **Maria Osório** questionou a revisão constitucional de 2018 e as leis nº 6 e 7, que, segundo ela, acentuam o poder dos partidos ao retirar autonomia aos presidentes municipais.
- **Nelson Charifo** propôs reforçar a capacidade das autarquias para gerar receitas próprias, sem sobrecarregar os municípios, e criticou a alocação excessiva de recursos para funcionamento em detrimento do investimento.
- **Benilde Nhalivilo** sugeriu aprofundar a relação entre descentralização, desconcentração e o actual diálogo político.
- **Stiven Ferrão** trouxe um exemplo concreto: a falta de envolvimento das comunidades na gestão de receitas provenientes de projectos locais, contrariando o espírito da descentralização.
- **Guilhermina Zucula** levantou dúvidas sobre a sobreposição de funções nas zonas rurais, onde coexistem administradores, chefes de posto e de localidade, todos custeados pelo Estado.
- **Sérgio Fernando** considerou que a descentralização tem servido como mecanismo de acomodação política, sem

impacto real no desenvolvimento local.

Um caminho necessário, mas incompleto

Apesar das críticas, os painelistas convergiram na ideia de que a descentralização é um caminho necessário para a construção de um Estado democrático e inclusivo. A sua consolidação exige coragem política, reformas legais, capacitação técnica e uma mudança de mentalidade tanto ao nível central como local.

“Precisamos de consolidar os passos para a frente e reduzir a caminhada para trás”, concluiu a Professora Nhampule, num apelo à acção e à responsabilidade colectiva.

O Terreno Comum encerrou com a promessa de continuar a promover espaços de diálogo, contribuindo para que Moçambique se torne um lugar seguro para o exercício pleno da cidadania.

Por : REDACÇÃO

Parque Nacional de Gilé

Invasão de caçadores furtivos contribui para a extinção de espécies de animais

A caça furtiva, nos últimos tempos, tem sido um dos problemas que mais contribuem para a perda de diferentes espécies que habitam nos parques e reservas de várias regiões do país.

A título de exemplo, no Parque Nacional de Gilé, na província da Zambézia, tem-se registado uma recorrente invasão de caçadores furtivos, provenientes de diferentes pontos, principalmente das comunidades circunvizinhas. Entre as espécies mais afectadas estão os búfalos e os cudos, vítimas desse acto ilícito.



@Hoje em Moçambique: Parque Nacional de Gilé

No âmbito da celebração do Dia do Fiscal, ocorrido na semana passada, sob o lema “*Fiscais de floresta e fauna bravia, engajados no combate aos crimes contra a vida selvagem e mitigação de conflitos homem-fauna bravia*”, o administrador do Parque de Gilé, João Muchanga, afirmou que as manifestações pós-eleitorais contribuíram para o aumento dos casos de caça furtiva naquela região.

“Nos últimos dois meses, a situação tende a agravar-se. As comunidades locais, após os acontecimentos que se seguiram às eleições gerais, acorreram para o parque. Não tem sido fácil para nós”, afirmou Muchanga. Ele acrescentou que, devido a esse problema, mais de 35 grupos de pessoas entraram no Parque Nacional de Gilé para praticar a caça furtiva.

Para além da caça furtiva, outro problema é o corte ilegal de madeira. Segundo Muchanga, esta situação já tinha sido controlada, mas nos últimos dias verifica-se que o problema está activo, preocupando deste modo as autoridades de fiscalização daquele ponto da província.

“Assistimos, para além da caça furtiva, o corte ilegal de madeira em diferentes pontos do nosso parque. Esse processo tem-nos preocupado muito, porque já tínhamos conseguido estancar”, afirmou o administrador do Parque de Gilé, João Muchanga.

Défice de agentes de fiscalização no Parque Nacional de Gilé, faz parte de outros desafios enfrentados

“Há responsabilização. Aqueles que apanhamos são levados ao tribunal. Nesta última investida de caça, em dois dias consecutivos, sofremos prejuízos: destruíram dois postos de fiscalização e roubaram a antena de rádio de comunicação. São problemas que enfrentamos com as comunidades”, disse o administrador do Parque de Gilé.

Sem avançar o número exacto de fiscais que operam no parque, o administrador limitou-se a informar: “Por questões profissionais, não vou referir o número de fiscais. Apenas digo que é reduzido. Estamos a trabalhar para treinar mais agentes que recebemos do nível central.”

Importa referir que esta situação ocorre numa altura em que, dos 200 búfalos que se pretende transmover a

Segundo o administrador, uma das estratégias para minimizar esta ameaça à fauna bravia é a sensibilização das comunidades, com apoio dos líderes comunitários e de outras entidades, sobre a importância da preservação das espécies. “Tudo passa por trabalharmos com as entidades governamentais — refiro-me aos go-



@Hoje em Moçambique: Treinamento de fiscais

vernos distritais e chefes de posto. São estes que têm discurso e respeito junto das comunidades, o que pode ajudar a reduzir a onda de corte de madeira na zona tampão do parque”, explicou.

Ainda sobre os desafios enfrentados no Parque Nacional de Gilé, Muchanga revelou que dois postos de fiscalização foram destruídos e materiais da instituição foram roubados.

partir da Reserva Nacional do Marromeu, em Agosto de 2024 o Parque Nacional de Gilé recebeu o primeiro lote, composto por 48 animais.

Província da Zambézia

Cerca de 240 pessoas foram internadas devido ao consumo excessivo de álcool, em menos de um semestre

Nos últimos tempos, o consumo excessivo de álcool, envolvendo várias camadas sociais, sobretudo a juventude, tem sido um problema que levanta debates entre diversos actores e a sociedade em geral, visto que as consequências deste mal são vastas e, em alguns casos, têm contribuído para a perda de vidas humanas no país.

Na Zambézia, por exemplo, o número de pacientes internados devido ao consumo de álcool tende a aumentar. Só no primeiro semestre do presente ano, a província registou cerca de 240 casos, em comparação com mais de 160 casos registados no mesmo período do ano passado, de pacientes atendidos nas unidades sanitárias devido ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

Em entrevista concedida a jornalistas na semana passada, Paulino Ulir, Técnico Psiquiatra e Responsável Provincial de Saúde Mental na Zambézia, afirmou que o consumo excessivo de álcool, principalmente entre adolescentes e jovens, continua a ser um desafio por ultrapassar.

“Quando falamos da situação ligada ao consumo de álcool e outras drogas, sabemos que é um problema que afecta não só a população jovem, mas também outras faixas etárias, e que tem vindo a aumentar. Por exemplo, no primeiro semestre deste ano, registámos cerca de 240 casos, contra 160 no ano anterior. Isso representa um crescimento muito significativo nos dados a nível provincial”, afirmou Ulir.

Com o crescente número de cidadãos que consomem estas substâncias, o Ministério da Economia anunciou, na passada terça-feira, a suspensão temporária da emissão de licenças para o exercício de actividades

económicas relacionadas com a produção e comercialização de bebidas alcoólicas em todo o território nacional. A medida enquadra-se nos esforços do Governo para conter a proliferação descontrolada de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas, sobretudo em ambientes públicos e nas imediações de instituições de ensino.

cialização e consumo de bebidas alcoólicas. O artigo 5.º do regulamento estabelece, entre outros pontos:

- **Alínea (a):** proibição de venda para menores de 18 anos de idade;
- **Alínea (b):** proibição de venda a pessoas com sinais de perturbação mental;
- **Alínea (e):** proibição de venda nas



©Hoje em Moçambique: Pacientes em cuidados médicos

Diante deste problema, os impactos negativos são evidentes na vida de quem consome estas substâncias, tanto no seio das comunidades como no ambiente laboral. Para alguns, têm-se observado comportamentos desviantes, como explica Ulir, “temos observado questões relacionadas ao consumo de substâncias, motivadas por diversos factores, que levam os indivíduos a desenvolver comportamentos desviantes ou outras situações que não são abonatórias, olhando para os valores da nossa sociedade.”

Um aspecto ainda mais preocupante é a venda de bebidas alcoólicas nas proximidades dos estabelecimentos de ensino, em clara violação ao Decreto n.º 54/2013, de 07 de outubro, que regula o controlo da produção, comer-

escolas e nas imediações dos estabelecimentos de ensino;

- **Alínea (f):** proibição de venda em vias e espaços públicos, como parques, jardins, estradas, passeios, parques de autocarros e praças de táxis.

Devido à fraca fiscalização por parte das entidades competentes desta parcela do país, este decreto acaba por não ter eficácia, tornando-se ineficaz no seu cumprimento, visto que a realidade mostra o contrário daquilo que o decreto estabelece para este tipo de situação.

Por: CAMANETE AGOSTINHO